

# PFL abandona negociação na Constituinte

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), decidiu ontem abandonar definitivamente as negociações das lideranças partidárias em torno das votações do projeto de Constituição em segundo turno. A posição pefelista poderá retardar ainda mais os trabalhos da Constituinte, porque a ausência de apenas uma liderança inviabilizará qualquer acordo em plenário, o que prejudica as votações. Ao justificar a sua iniciativa, Lourenço alegou que as emendas polêmicas são acertadas entre o PMDB e as legendas de esquerdas, sem a participação efetiva da ala conservadora.

A atitude de José Lourenço foi vista pelos progressistas, no entanto, como uma fórmula de protelar a promulgação da nova Constituição, o que inviabilizaria a adoção dos dois turnos de votação para as eleições municipais de 15 de novembro, como está previsto pelo projeto de Constituição. O líder do

PFL é radicalmente contra o sistema de dois turnos na eleição dos prefeitos.

José Lourenço se defende da acusação alegando que deseja negociar seriamente, o que a seu ver não estaria ocorrendo. «Até hoje o Jobim não me deu qualquer resposta sobre a questão da Previdência, que de uma só vez vai aposentar 10 milhões de pessoas pelo texto que está aí. Quem vai pagar a conta?», indaga, ao relatar conversações que diz ter mantido com o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), sobre o problema da seguridade social.

«Gota d'água»  
Lourenço explicou que a decisão do seu partido de abandonar as negociações com as demais lideranças foi resultado da reunião de anteontem, quando ficou acertado que seria mantido o direito de greve irrestrito, dispositivo que o PFL é contra. «Quando o PMDB se dispôs a rever sua posição sobre o assunto, o PT não aceitou qualquer negociação e o Nelson Jobim ficou com os petistas. Então que eles se casem lá e eu me divorcio deles todos», ameaça o deputado.

Para o líder, o PFL somente

volta a negociar se o PMDB, o maior partido na Constituinte, apresentar antes de cada reunião uma pauta com a sua posição sobre cada assunto a ser discutido.

**Falsidade**  
Para o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que costuma participar, em nome do seu partido, das reuniões de liderança, a decisão do PFL de se afastar das negociações poderá retardar os trabalhos da Constituinte. Ele concorda com o seu colega José Genoíno que a intenção do líder pefelista foi a de inviabilizar dois turnos para as eleições municipais.

Já José Lourenço se defende destacando que o PMDB e os partidos de esquerda, juntos, podem votar o projeto de Constituição. Ele revelou, porém, que uma pesquisa feita pela sua assessoria apontou o PMDB como o partido que possui o maior número de parlamentares ausentes às votações da Constituinte.

No plenário, o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, acusou Lourenço de visar a obstrução das votações e de estar trabalhando por uma Constituição «falsa».



Jobim (embaixo) e Inocêncio trocaram acusações

## Manobra retardará votações

A retirada do PFL da mesa de negociações representa uma «obstrução velada» aos trabalhos da Constituinte, pois, apesar da bancada comparecer às sessões, o ritmo de votação será, provavelmente, mais lento. Mesmo que essa ruptura com o processo de negociação entre as lideranças persista apenas até a terça-feira que vem, o esforço concentrado convocado pelo deputado Ulysses Guimarães estará comprometido, já que não haverá acordo prévio sobre as matérias a serem votadas.

Como no segundo turno de votações só é permitida a apresentação de destaques supressivos, a Mesa da Constituinte aceitou que emendas com nova redação pudessem ser aprovadas, desde que houvesse a unanimidade das lideranças.

Com isso, a ausência do PFL na mesa de negociações impedirá esse

tipo de acordo e, até mesmo, a reunião de emendas (textos com conteúdo semelhante) e a retirada prévia de destaques.

**Apelo**  
Para o esforço concentrado convocado pelo deputado Ulysses Guimarães, o trabalho das lideranças é fundamental. Ele inclusive chegou a fazer um apelo para que os líderes se reunissem, neste final de semana, avançando nos acordos.

Com base nisso, todas as lideranças progressistas afirmaram que o rompimento do PFL tem um único objetivo: retardar o processo de votação. Contestaram também a fragilidade da alegação apresentada pelo vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira, de que o partido não negociaria mais porque considerava «imoral a solução encontrada para a questão da elegibilidade dos parentes de até segundo grau do Presidente da República, de governadores e prefeitos.

A solução encontrada pelas lideranças, e que teve o apoio do deputado José Lins (PFL-CE), abria uma exceção nas Disposições Transitórias para as eleições deste ano permitindo a parentes disputarem eleições na jurisdição do titular. Ou seja, o deputado Cásio Cunha Lima (PMDB/PB) não ficaria impedido de disputar a prefeitura de Campina Grande, cujo prefeito atual é seu pai, Ronaldo Cunha Lima. Nas disposições permanentes, no entanto, isso ficaria vedado, podendo o parente somente disputar eleições se já tiver mandato eletivo e for candidato à reeleição.

## Inelegibilidade vai a voto hoje

O dispositivo que prevê a inelegibilidade de candidatos, que possuem parentes ocupando cargos de prefeito, governador e presidente da República, será o primeiro destaque que o deputado Ulysses Guimarães colocará em votação, com ou sem acordo, na sessão de hoje convocada para às 09h00 da manhã. Na pauta de votação não aparecem matérias polêmicas devendo o plenário concluir sem tropeços, os Capítulos sobre Estados, Municípios, Territórios e Distrito Federal.

O plenário deve apreciar e votar na sessão de logo mais, artigos que irão reger a estrutura administrativa e financeira dos Estados, Municípios e Territórios, além da definição da duração de mandatos dos seus respectivos dirigentes, inclusive da Câmara de Vereadores do Distrito Federal, a ser mantido o texto, ganhará autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, além de conquistar direito de eleger deputados distritais estaduais.

## Carta derrota Sarney de novo

O presidente José Sarney amargou ontem mais uma derrota na Constituinte. A intenção de privatizar a Telebrás, anunciada na semana passada pelo Palácio do Planalto, após a instalação do Conselho Nacional de Desestatização, será inconstitucional após a promulgação da futura Constituição. O plenário manteve o texto aprovado em primeiro turno que estatizava a exploração dos serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados.

A atual Constituição prevê apenas que é competência da União explorar os serviços de telecomunicações «diretamente ou mediante autorização ou concessão». Com isso, existem hoje algumas concessionárias privadas de telefonia, como é o caso da Companhia Telefônica Borda do Campo que atua na região do ABC paulista.

A partir da promulgação da futura Constituição isso não poderá mais ocorrer, já que é exigido no texto o controle acionário estatal da empresa que receber a concessão ou autorização podendo as empresas privadas somente prestar serviços de informação através da rede pública de telecomunicações.

Continuam sendo permitidas, como está previsto na legislação, atual, a concessão da União à iniciativa privada para a exploração de serviços de rádio e televisão, navegação aérea, aeroespacial, infraestrutura aeroportuária, transporte ferroviário e hidroviário entre portos brasileiros em fronteiras nacionais também só será realizado mediante autorização, por continuar sendo competência da União.



Senador José Lins (PFL-CE)

## Zaneti quer menor de 16 no pleito-88

O deputado Hermes Zaneti (PSDB-RS), autor da emenda aprovada pela Constituinte que facultava o voto aos maiores de 16 anos, vai apresentar projeto de lei à Câmara propondo a reabertura do prazo de alistamento eleitoral para os jovens de 16 a 18 anos, de modo que eles possam votar já nas próximas eleições municipais, a 15 de novembro. Pela proposta, o prazo de alistamento se estenderá até 15 de outubro.

Zaneti disse que, se houver sessão da Câmara ele apresenta o projeto hoje mesmo, para efeito de tramitação, mas observa que a votação só pode ocorrer depois da promulgação da nova Carta, pois, com a atual, a proposta é inconstitucional. Para conseguir isso, ele pedirá «urgência urgentíssima» tão logo possa ter uma previsão do término da Constituinte.

**Condições**  
O parlamentar observa que há condições «técnicas» para aprovar o projeto, e não faltam também as condições «políticas», uma vez que o voto aos 16 anos já passou por três votações — na Comissão de Sistematização, no 1º e no 2º turno —, sendo aprovado em todas.

Após criticar todas as objeções que se faz ao direito de voto aos 16 anos, Zaneti rebateu afirmações que teriam sido feitas pelo general Leônidas Pires Gonçalves, de que a Constituinte teria dado ao menor de 18 anos o direito de «dirigir». O parlamentar lembrou que o voto nessa faixa etária é facultativo e tem caráter «pedagógico».

## PL propõe ação de desbloqueio

O deputado Adolfo Oliveira (RJ), líder do PL e um dos relatores-adjuntos, anunciou ontem no plenário que tem uma «fórmula para desmontar as manobras de esvaziamento da Constituinte», que permite a conclusão da votação do segundo turno em apenas um dia. A proposta de Oliveira consiste na retirada coletiva de todos os destaques e os que ainda permanecessem seriam votados em bloco e «rejeitados pelo plenário».

Adolfo Oliveira ainda não apresentou sua oficialmente proposta ao deputado Ulysses Guimarães, mas acredita que o presidente da Constituinte «foi simpático» à idéia, «por sua reação em plenário». Além disso, o líder assegura que tem o apoio da «maioria da Constituinte», deixando claro que a única contrariedade poderá surgir da liderança do PFL, que tem 124 constituintes e, portanto, passaria a minoria.

O líder do PL acredita que não existirão dificuldades para a adoção das lideranças a sua sugestão, já que existe praticamente consenso de que «não mudaremos mais nada. O texto já está aprovado e só precisa agora da redação final».

**Correções**  
O deputado Adolfo Oliveira quer também que o texto aprovado em primeiro turno seja remetido imediatamente à Comissão de Redação, que faz as correções de português na futura Constituição. Explica, no entanto, que a retirada dos destaques só seria possível com um acordo de lideranças e para isso seria aberto um prazo, para que os constituintes pudessem «colaborar com esse esforço para ultimar os trabalhos».

Alguns líderes, no entanto, discordam da proposta do deputado Adolfo Oliveira. O vice-líder do PDT, Amaury Muller (RS) considera a sugestão «inócua» pois existe um estudo de lideranças para a retirada de destaques. O líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, contraria a tese defendida por Oliveira. Para ele, o parlamentar tem direito «de defender sua proposta na tribuna se assim, quiser». O líder dos tucanos, deputado Artur da Távola (PSDB-RJ), diz que a sugestão é um «antídoto guerreiro» contra o endurecimento do PFL. Na sua opinião, essa solução não é necessária, pois o afastamento do PFL das negociações representa a última tentativa do partido de evitar mais derrotas no plenário.



Ulysses (D), ao lado de Bernardo Cabral, cansou com as votações

## Centrão continua perdendo

Os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e os demais serviços públicos de telecomunicações continuarão a ser explorados por empresas que tenham o controle acionário estatal. O plenário da Constituinte rejeitou 14 destaques para suprimir a estatização destas atividades, em uma sessão em que mais uma vez as lideranças do «Centrão» saíram derrotadas e a maior parte do texto aprovado em primeiro turno ficou mantida. O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) afirmou que pretende terminar o segundo turno em 19 sessões. O plenário da Assembleia começa a trabalhar hoje às 9h00 e prosseguirá o dia todo.

O plenário chegou a apreciar ontem 55 destaques, entre rejeitados, prejudicados e aprovados, além dos que foram retirados pelos autores. Entre os dois destaques aprovados está o do deputado Homero Santos (PFL-MG), que retirou a expressão «a partir da filiação partidária» do dispositivo que permite ao militar se alistar. Este item era polêmico porque permitia que o oficial das Forças Armadas, com mais de dez anos de serviço, ficasse agregado a um partido a partir de sua filiação. Pelo que foi aprovado, se ele for eleito passará automaticamente para a reserva. O destaque foi aprovado por 281 votos contra 121 e 5 abstenções.

Foi aprovado também um destaque do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) estabelecendo que as cavidades naturais e subterâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União.

No primeiro turno, este dispositivo especificava as cavidades naturais e subterâneas «de interesse científico ou turístico», trecho que foi suprimido com a aprovação do destaque.

O restante dos destaques foi rejeitado ou retirado. O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) chegou a provocar polêmica com o seu próprio partido, ao decidir retirar três destaques que suprimiam o controle estatal sobre as telecomunicações. Ele defendeu os destaques supressivos mas, diante da constatação de que o plenário os rejeitaria, retirou. Os autores da proposta não se manifestaram na hora e o deputado Ulysses Guimarães não aceitou o protesto tardio do deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) de que Dornelles não poderia retirar as emendas que não eram de sua autoria.

O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) defendeu um destaque para suprimir o monopólio dos Estados na exploração dos serviços de gás canalizado, um outro ponto considerado polêmico e muito criticado pelos centristas quando foi aprovado no primeiro turno. O plenário rejeitou a proposta por 265 votos contra 61 e 5 abstenções, e o PFL se viu mais uma vez derrotado. Um outro destaque, de autoria do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), com o mesmo objetivo, ficou para ser apreciado hoje sob a concordância de todos os líderes. O plenário também rejeitou vários destaques tentando suprimir o subsolo, inclusive os recursos minerais, como bens da União.



Senador José Lins (PFL-CE)

# Planalto prevê arrependimentos

## Celson Franco

«Vão se arrepender». A frase, dita ontem pelo deputado Carlos Sant'Anna, pode ser atribuída ao Governo, como um todo, e ao presidente José Sarney, principalmente. Ela se refere às votações do texto constitucional, em segundo turno, e, mais exatamente, à aprovação do direito de greve nos serviços públicos essenciais, pela Assembleia Nacional Constituinte.

O presidente José Sarney, na última vez que reuniu o seu Conselho Político, segunda-feira última, manifestou o seu descontentamento com os acordos feitos na Constituinte, e, também, com o ritmo apressado que o deputado Ulysses Guimarães tem imposto à votação do Projeto Constitucional.

**Pilatos**  
O Presidente da República, contudo, resolveu «lavar as mãos», e não deverá mais se manifestar, publicamente, sobre o assunto, ele que recebeu uma dura resposta do presidente da Constituinte, depois de se pronunciar, perante a Nação, contra a aprovação de determinados pontos do projeto que, a seu ver, atirarão o País na ingovernabilidade.

O Palácio do Planalto, que chegou a trabalhar pela modificação do Regimento Interno da Constituinte, de forma a fazer valer os seus pontos de vista, desistiu, até pela impossibilidade de sucesso, de lutar pela vitória de suas teses.

O presidente José Sarney não está satisfeito com as votações na Assembleia Nacional Constituinte, mas está consciente, segundo um de seus assessores, de que cum-

priu com o seu dever de chefe da Nação, ao advertir contra «os erros» do projeto constitucional.

Mesmo correndo o risco, que acabou se concretizando — ele foi aconselhado a não fazer o pronunciamento — do repúdio da opinião pública. Esta é uma das razões, também porque o Presidente resolveu se calar: nenhum Governo pode assumir o papel de dono da verdade, ou mesmo de crítico das mazelas alheias, com uma inflação de 25% ao mês.

O Presidente da República sabe disso. Mas está convencido de que o seu discurso, feito no dia 26 de julho último, ainda será lembrado.

O que se diz no Governo, a começar dos assessores, passando pelos ministros, até o presidente José Sarney, é exatamente isso: «Nós seremos atingidos, mas temos pouco mais de um ano de Governo».

Quem sofrerá as piores consequências — um assessor palaciano diz isso com um sorriso nos lábios, um pouco saboreando sua previsão — será o sucessor do presidente José Sarney. Há mesmo quem deseje, maldosamente: «Tomara que o doutor Ulysses seja eleito».

É o presidente da Assembleia Nacional Constituinte que os donos do poder de hoje querem que lembre das palavras do presidente José Sarney: «Eu não estou pensando no meu Governo. Ele será o menos atingido. O que eu estou pensando é no País, no futuro, nas dificuldades dos governos futuros, que não terão condição nenhuma de conduzir esta grande Nação, como nós desejamos que ela seja conduzida».



Vivaldo Cavalcanti 9 4 85

## Sant'Anna teme que o País fique ingovernável com nova Carta

## Fiesp conformada com greve

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, disse ontem que a inclusão do direito de greve para todos os setores no texto da nova Constituição tem de ser vista como um «fato consumado», que não vale lamentos. «Não há o que discutir. Nós confiamos nos homens que integram a Assembleia Nacional Constituinte para que eles elaborassem uma nova Constituição para o País e não temos que reclamar», disse o empresário.

Apesar disso Amato acha que a decisão «veio carregada de um tom populista, motivado pelo clima das eleições municipais que se vão realizar este ano. A decisão sobre a greve» — prosseguiu Amato — «é,

na verdade, um erro grande, mas, como decisão soberana da Constituinte, deve ser acatada».

Já o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), acha que não é porque o direito à greve é garantido pela Constituição que o País vai ser todo paralisado por movimentos grevistas. Antes de se chegar à utilização dos preceitos constitucionais, segundo acredita o senador, patrões e empregados devem se apresentar com o espírito desarmado, prontos para a negociação. A greve, «pelo que recomendo o bom-senso», diz Albano Franco, deve ser vista como último recurso, após esgotadas todas as possibilidades de negociação.

## Sindicalista rebate crítica

Santo André — O direito restrito de greve foi uma das principais conquistas do movimento sindical na nova Constituição. Este é o comentário unânime dos sindicalistas do ABC, que repudiam os argumentos de que a norma poderá desencadear movimentos incoerentes de natureza puramente política ou selvagem. «Fazemos greves há 10 anos, sem aventureirismo e com muita responsabilidade. A Constituinte só reconheceu uma coisa que já acontece na prática há muito tempo. A luta, como sempre, fez a lei» — disse João Avamileno, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que tem uma base de 50 mil trabalhadores.

Para ele, mais do que uma conquista dos trabalhadores, o País deu um passo para a modernização do capitalismo e para o desenvolvimento da economia: «Claro que o direito de greve traz vantagens imediatas, já que evita as demissões por justa causa e o confronto com os instrumentos de repressão. Mas o alcance da decisão é mais profundo, e inquestionável», disse.

Heiguerbeto Navarro, coordenador do Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT e vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com uma base de 1000 trabalhadores, disse que apenas uma pequena parcela de «empresários retrógrados e deputados perdedores» podem alegar que o direito de greve levará a manifestações «selvagens».